

Demonstrações Contábeis

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, reading 'Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci', is positioned above the printed name.

Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci
Contador CRC RJ-091370/O

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	761	601
Impostos a recuperar	5	15	32
Despesas antecipadas		10	1
Total do ativo circulante		786	634
Não circulante			
Impostos a recuperar	5	26	46
Imobilizado	6	18	-
Total do ativo não circulante		44	46
Total do ativo		830	680
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	52	157
Obrigações trabalhistas	8	56	47
Obrigações fiscais		6	5
Outras obrigações		6	6
Total do passivo circulante		120	215
Patrimônio líquido	9		
Capital social		110.254	107.754
Prejuízos acumulados		(109.544)	(107.289)
Total do patrimônio líquido		710	465
Total do passivo		830	680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	10	(2.320)	(6.675)
Outras receitas		5	7
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(2.315)	(6.668)
Resultado financeiro		60	133
Despesas financeiras		(4)	(13)
Receitas financeiras		64	146
Prejuízo do exercício		(2.255)	(6.535)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	(2.255)	(6.535)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(2.255)</u>	<u>(6.535)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	104.254	(3.000)	(100.754)	500
Subscrição de capital	3.500	(3.500)	-	-
Integralização de capital	-	6.500	-	6.500
Prejuízo do exercício	-	-	(6.535)	(6.535)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	107.754	-	(107.289)	465
Subscrição de capital	2.500	(2.500)	-	-
Integralização de capital	-	2.500	-	2.500
Prejuízo do exercício	-	-	(2.255)	(2.255)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	110.254	-	(109.544)	710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.255)	(6.535)
Ajustes ao prejuízo do exercício:		
Depreciação	3	-
Prejuízo do exercício ajustado	(2.252)	(6.535)
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	38	1
Despesa antecipada	(9)	8
Fornecedores	(106)	(341)
Obrigações trabalhista a recolher	9	6
Obrigações fiscais a recolher	1	(18)
Outras obrigações	-	6
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(2.321)	(6.873)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(21)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(19)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	2.500	6.500
Caixa líquido utilizado das atividades de financiamento	2.500	6.500
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	160	(373)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	601	974
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	761	601
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	160	(373)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. ("Planalto Piauí" ou "Companhia") foi constituída em dezembro de 2007, e tem sede na Avenida Rio Branco, nº 108, Sala 2501 (parte) - Rio de Janeiro. A Companhia tem como objeto social a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, a prestação de serviço de transporte ferroviário de carga, bem como participação em outras sociedades, na condição de acionista ou sócio-quotista.

A Companhia possui um projeto de exploração de minério de ferro nos municípios de Curral Novo, Paulistana, Simões e Betânia do Piauí, todos no Estado do Piauí, chamado de Projeto Planalto Piauí.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 13 direitos minerários sendo 6 Autorização de Pesquisa e 7 Concessões de Lavra, totalizando 19.089,35 hectares.

O controle da Companhia é exercido pelo Opportunity Holding Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior que detém 99,99% das ações ordinárias.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e dará continuidade aos trabalhos de pesquisa como parte de seu plano de prospecção e desenvolvimento de seu projeto, conforme os padrões internacionalmente aceitos. Até que a Companhia gere recursos suficientes para honrar seus compromissos, a continuidade das atividades operacionais da Companhia depende do suporte financeiro por parte dos acionistas o qual detém capacidade financeira suficiente e intenção de subsidiar os projetos e/ou recursos de terceiros.

1.1. Atualização sobre o Contrato de Adesão nº 7/SNTT/MINFRA/2021

Em 09 de dezembro de 2021 a Planalto Piauí, assinou o Contrato de Adesão nº 7/SNTT/MINFRA/2021, com a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, tendo ainda a interveniência da Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT), a fim de avaliar a possibilidade de desenvolver estudos para implantação de uma nova ferrovia que ligaria o Município de Curral Novo do Piauí, no estado do Piauí, ao Complexo Portuário de Suape no estado de Pernambuco.

Em junho de 2023, a Planalto Piauí formalizou junto à ANTT a renúncia ao Contrato de Adesão, a qual foi homologada, por unanimidade de votos, dos membros da Administração Colegiada da ANTT, na 159ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada em outubro de 2023.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. SUAPE - Complexo Industrial Portuario

Em 26 de setembro de 2022, a Companhia assinou um contrato para arrendar uma área fora da poligonal do porto organizado de Suape. O contrato de arrendamento da área de 57,8 hectares é válido por 30 anos e foi assinado com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - Porto de Suape.

O contrato de arrendamento prevê o prazo de 3 anos contados da sua assinatura para que a Companhia possa desistir do arrendamento. Durante esse prazo de avaliação, não há geração de benefícios econômicos para a Companhia e ela ainda poderá desistir do arrendamento sem a imposição de qualquer pagamento, ônus ou indenizações. Durante os anos de 2022 e 2023, a Companhia não realizou qualquer investimento referente a área arrendada.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui obrigações as quais devem ser registradas em suas demonstrações contábeis.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, complementadas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros, mensurados a valor justo através do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui capacidade para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas com base no pressuposto de continuidade.

Em 22 de março de 2024, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.2. Declaração de relevância

Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A principal premissa relativa a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo que poderiam causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, esta discutida a seguir:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas apólices de seguro, quando aplicável

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das políticas contábeis materiais

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os depósitos bancários inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e de aplicação financeira com liquidez imediata.

ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros não derivativos*--Continuação

A Companhia tem passivo financeiro não derivativo: fornecedores.

b) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

c) Imposto de renda e contribuição social

c.1) *Impostos sobre lucro*

A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 mil por ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios de 2023 e 2022.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui R\$ 26.925 e R\$ 28.950 de prejuízo fiscal e base negativa, respectivamente, não registrados nos livros contábeis em função de ausência de expectativa de lucro tributável.

c.2) *Incertezas sobre tratamento de impostos*

A interpretação ICPC 22 trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c.2) *Incertezas sobre tratamento de impostos*--Continuação

- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

Na avaliação da Companhia, não foram identificados impactos nas demonstrações contábeis em decorrência da adoção desta interpretação.

d) Arrendamento - CPC 06 (R2)

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de juros incremental, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao financiar, por prazo semelhante e com garantia semelhante, para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso no mesmo ambiente econômico.

e) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback

O IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

e) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023--Continuação

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback--Continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06).

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26 para especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: "o que significa um direito de postergar a liquidação; que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação e que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação."

f) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Adoção da norma não causará impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidência) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

A Adoção da norma não causará impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento	1	1
Aplicações financeiras	760	600
	761	601

O saldo de aplicações financeiras é representado por valores investidos em fundos de investimento de renda fixa, mantidos em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata. Em 2023, a remuneração média foi de 99,43% do CDI.

5. Impostos a recuperar

	2023	2022
IRPJ a recuperar	15	32
COFINS a recuperar	21	44
PIS a recuperar	5	2
	41	78
Circulante	15	32
Não circulante	26	46

6. Imobilizado

	Veículos	Total
Custo		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-
Adições	21	21
Baixa	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21	21
Depreciação		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-
Depreciação no exercício	(3)	(3)
Baixa	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3)	(3)
Em 31 de dezembro de 2022	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	18	18

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fornecedores é de R\$52 (R\$157 em 31 de dezembro de 2022), e é composto, principalmente, por compromissos de curto prazo assumidos com fornecedores de serviços contratados.

8. Obrigações trabalhistas

	2023	2022
Provisão de férias	16	13
IRRF a recolher	9	7
Encargos	14	12
Programa de Participação nos Resultados (PPR)	17	15
	56	47

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia é de R\$110.254 (R\$107.754 em 2022), dividido em 156.888.320 ações ordinárias (24.613.187 ações em 2022), todas nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de março de 2023, foi aprovado um aumento de capital no montante de R\$2.500 mediante a emissão de 132.275.133 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. O aumento foi totalmente integralizado no ano de 2023.

10. Despesas gerais e administrativas por natureza

	2023	2022
Serviços contratados (i)	(1.239)	(5.527)
Salários e encargos	(790)	(713)
Viagens e representações	(60)	(157)
Veículos	(68)	(69)
Ocupação	(54)	(44)
Outras	(109)	(165)
	(2.320)	(6.675)

- (i) Refere-se a serviços de sondagens e serviços técnicos em decorrência atualização do estudo de engenharia do projeto, de logística ferroviária e portuária de escoamento conforme informado na nota explicativa nº 1.

Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

11. Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

O montante referente à remuneração da Administração foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2023 em R\$2.000 para o exercício de 2023 (R\$2.000 em 2022).

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

12. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

<u>Risco coberto</u>	<u>Vigência</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O)	05/2023 a 05/2024	50.000	50.000
		50.000	50.000

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.